

Propostas políticas reformistas de Edgard Leuenroth e João Goulart: um encontro (im) possível?¹

Cláudia Tolentino Gonçalves²

Resumo

Neste trabalho, buscamos analisar a relação entre os escritos de Edgard Leuenroth (1881-1968), principalmente os seus artigos publicados no jornal anarquista *O Libertário* e um manuscrito inédito de sua autoria, intitulado “Qual a solução para o problema do Brasil?”, e a política reformista que caracterizou o governo de João Goulart (1960-1964). Nosso intuito é compreender as diferenças entre seus projetos reformistas para a sociedade brasileira. Para tanto, este texto desdobra-se em três momentos: no primeiro, tratamos da suposta ambiguidade atribuída à figura de João Goulart e retomamos ações e discursos do presidente para refletir sobre as apropriações feitas por diferentes grupos sociais do termo *reformas*. No segundo momento, realizamos uma análise dos caminhos propostos por Jango e por Leuenroth no que tange à concretização de seus projetos reformistas. Por fim, analisamos artigos de Leuenroth publicados no jornal *O Libertário*, a fim de questionar seu projeto *reformista* em contraposição à política *reformista* de João Goulart.

Palavras-chave: Edgard Leuenroth. João Goulart. Anarquismo. Reforma.

Abstract

In this article, we search to analyze the relation among the writings of Edgard Leuenroth (1881-1968), mainly your articles published in the anarchist newspaper *O Libertário* and an unpublished manuscript entitled “Qual a solução para o problema do Brasil?”, and the reformist politics that characterized the João Goulart’s government (1960-1964). Our goal is to understand the differences among their reformist projects for the Brazil. Therefore, this text was divided into three stages: first, we treat about the supposed ambiguity attributed to João Goulart’s figure and resumed actions and speeches of the President to reflect on the appropriations made by different social groups with regard to the *reform*. In the second step, we conducted an analysis of paths proposed by Jango and Leuenroth regarding

¹ Este artigo é resultado parcial da pesquisa de Iniciação Científica “Anarquismo e reformas de base: uma interlocução possível entre Edgard Leuenroth e João Goulart?”, processo nº 129914/2010-0, financiada pelo PIBIC/CNPq/UFU, que compõe o projeto “Edgard Leuenroth: intérprete libertário do Brasil”, coordenado pela Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato.

² Graduanda do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. claudiatolentino.ufu@gmail.com

the implementation of their reformist's projects. Finally, we reviewed Leuenroth's articles published in the newspaper *O Libertário*, to question his *reformist* project in opposed to the João Goulart's *reformist* policies.

Keywords: Edgard Leuenroth. João Goulart. Anarchism. Reform.

Edgard Leuenroth³ foi um pensador-

³ Edgard Leuenroth, filho de Waldemar Eugênio Leuenroth e de Amélia de Oliveira Leuenroth, nasceu na cidade de Mogi-Mirin em 31 de outubro de 1881. Autodidata, aos 16 anos Leuenroth lançou o seu primeiro periódico *O Boi*, publicação quinzenal que circulava no bairro do Brás, em São Paulo. Em 1904, devido à influência do poeta Ricardo Gonçalves, aderiu-se aos ideais anarquistas, que o acompanharam durante toda a sua vida. Leuenroth foi um pensador-militante que se dedicou a uma incessante luta política em busca de um Brasil melhor. Militante engajado no movimento operário brasileiro, Leuenroth participou de diversas organizações sindicais brasileiras e foi um dos principais porta-vozes dos trabalhadores em manifestações operárias ocorridas na cidade de São Paulo, no decorrer do século XX. Enquanto jornalista, ele fez da imprensa livre um eficaz instrumento de luta, tendo participação ativa em vários periódicos anarquistas tais como *A Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *O Libertário*, entre outros. Leuenroth participou da criação do Centro de Cultura Social de São Paulo em 1933, vinculado ao movimento anarquista, promovendo debates, palestras, exposições e apresentações de teatro. Em 1944 fundou "A Nossa Chácara", um espaço comunitário destinado ao encontro de anarquistas e simpatizantes para a discussão do pensamento libertário. Leuenroth trabalhou até o ano de 1960 na agência publicitária "A Eclética", de onde tirava o seu sustento e o de sua família. Sendo também arquivista de *O Globo* no Rio de Janeiro e da *Folha de São Paulo*, recusou-se durante toda a sua vida a ocupar cargos superiores, permanecendo sempre fiel aos seus ideais. Leuenroth lançou os livros "O que é maximismo ou bolchevismo?" (1919), "Anarquismo: Roteiro de Libertação Social" (1963) e organizou a obra "A Organização dos Jornalistas Brasileiros 1908 – 1951", que veio a ser publicado em 1987, após sua morte. Vítima de um câncer hepático, Leuenroth faleceu em 1968, aos 87 anos de idade. Durante longos e árduos anos, Leuenroth empenhou-se em organizar um acervo sobre o movimento operário, sendo um grande contribuinte na preservação da memória do movimento operário. Hoje essa documentação encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth, em Campinas. Para uma bibliografia completa de Leuenroth, ver: KHOURY, Y.M.A. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária Imprensa, Memória e Militância Anarco-Sindicalista*. Tese de douto-

-militante anarquista que se interessou pelo estudo dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira e que acreditou ser o anarquismo o único caminho possível para solucioná-los. Nos últimos anos de sua vida, Leuenroth elaborou um projeto libertário para o Brasil intitulado "Qual a solução para o problema do país?"⁴, um livro inacabado no qual ele realiza um balanço da situação enfrentada pelo país sob a égide do sistema capitalista. Leuenroth chama atenção para a necessidade de se efetivar uma reforma radical nas bases da organização político-econômico-administrativa do país com o intuito de solucionar os problemas enfrentados pela população, e propõe uma nova configuração da

rado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

⁴ Este livro está sendo editado por Christina Lopreato para futura publicação. Nele, Leuenroth projeta uma sociedade socialista libertária para o Brasil baseada no anarco-comunismo, do qual Piort Kropotkin foi um dos mentores. Nesta vertente, é proposto um modelo produtivo descentralizado e autogestionário, de forma que os frutos do trabalho integral - manual e intelectual - produzido por todos, sejam sociabilizados entre os membros da sociedade. O lema a *cada um segundo suas necessidades, de cada um segundo suas possibilidades* rege a teoria econômica anarquista proposta por Kropotkin e adotada por Leuenroth em seus escritos. O livre consenso entre os indivíduos regeria esta sociedade, de acordo com as necessidades, aptidões, idéias e sentimentos dos seus membros. Sobre as idéias precursoras de Kropotkin na concepção do anarco-comunismo, ver: LOPREATO, C. R. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, (27 e 28), 2003, pp. 557-572.

sociedade brasileira nos moldes anarquistas⁵. Cabe ressaltar que parte destes manuscritos foi publicada por Leuenroth no jornal *O Libertário*⁶, nos primeiros anos da década de 1960⁷. Na retomada e revisão de seus escritos inéditos no jor-

⁵ A anarquia não se caracteriza pelo caos e pela desordem como pressupõe o senso comum. Uma sociedade anárquica é regida por uma ordem anti-burguesa, sem Estado e sem leis. A liberdade, a igualdade e a solidariedade são defendidas como princípios para a supressão das injustiças sociais e para a redução das “imperfeições humanas”, garantindo o bem-estar social (que não deve ser confundido com o Estado do bem-estar social) e a felicidade dos homens.

⁶ Este periódico, assim como inúmeros jornais anarquistas publicados no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, foi o resultado do esforço coletivo de um grupo de anarquistas que se articulou para a criação de uma forma alternativa de difusão do ideal libertário. O grupo formado por Pedro Catalo, Edgard Leuenroth, Souza Passos, Lucas Gabriel, dentre outros, viabilizou em um primeiro momento, a publicação de uma revista que possibilitaria a circulação de um número maior de textos e matérias. Porém, devido a falta de recursos financeiros o grupo optou pela criação do jornal *O Libertário*, um veículo de contestação do sistema capitalista, de divulgação da doutrina anarquista e da organização do movimento operário, no Brasil e no mundo. Enfoca, portanto, os principais debates políticos da época, tratados, obviamente, sob a ótica libertária.

⁷ A primeira parte do livro *Qual a solução para o problema do país?* apresenta sete artigos que foram publicados no jornal *O Libertário*, contendo algumas modificações bastante sutis. De forma geral, os artigos tratam de forma crítica da incapacidade do sistema vigente de garantir uma vida digna para a população, apontando a necessidade de transformação da sociedade a partir da filosofia anarquista. Já na segunda parte, encontramos dois artigos publicados em *O Libertário*, que apresentam algumas modificações e/ou adaptações consideráveis, pois no jornal a ênfase se pautava na necessidade de organização das massas para a solução dos problemas da habitação e da assistência social no sistema capitalista. Já nos manuscritos, Leuenroth enfatiza as medidas para a reorganização das habitações e da assistência social na nova sociedade, após mostrar as péssimas condições que a população desfavorecida pelo sistema é submetida, no que se refere a estas duas necessidades básicas para a sobrevivência humana.

nal *O Libertário*, Leuenroth lapidou seu projeto *reformista* de construção de uma sociedade anarquista no Brasil durante os efervescentes anos da década de 1960, momento no qual diferentes projetos reformistas e revolucionários emergiram no cenário político brasileiro. Vale lembrar que, no contexto internacional, nos anos 60 do século XX, havia uma grande mobilização em torno de propostas reformadoras e revolucionárias. A experiência revolucionária em Cuba (1959-1960), por exemplo, influenciou boa parte dos brasileiros que se movimentavam contra as injustiças e dificuldades existentes no país.

O objetivo central deste artigo é investigar uma possível relação entre os escritos de Edgard Leuenroth e a política reformista que caracterizou o governo de João Goulart⁸. Para tanto, foi selecionada a seguinte documentação: 1) o livro inacabado de Leuenroth “Qual a solução

⁸ João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja, no Rio Grande do Sul em 1º de março de 1919. Filho de estancieiros, Goulart cursou Faculdade de Ciências Jurídicas em Porto Alegre, e dedicou-se aos negócios da família até 1945 quando estreitou laços com Getúlio Vargas que o incentivou a entrar para a política. Em 1950, tornou-se presidente do PTB gaúcho e em 1951 foi eleito deputado federal. Em 1953, durante o segundo governo Vargas, assumiu o Ministério do Trabalho. Elegeu-se consecutivamente vice-presidente dos governos JK e Jânio Quadros, e em 1961, após a renúncia de Quadros, assumiu a presidência sob o signo do parlamentarismo. Em 6 de janeiro de 1963, um plebiscito nacional decidiu a volta do sistema presidencialista. Com as intensas crises político-sociais durante seu governo, foi deposto pelos militares em março de 1964 e exilou-se no Uruguai, onde participou das articulações da *Frente Ampla* que visava o retorno da democracia no Brasil. Goulart faleceu, ainda no exílio, em dezembro de 1976. Para uma biografia completa de Jango, ver: FERREIRA, M. M. (Org.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

para o problema do país?"; 2) o jornal anarquista *O Libertário*, publicado na cidade de São Paulo entre outubro de 1960 e março de 1964 sob a direção de seu fundador Pedro Catalo⁹ (1901-1969); 3) Discursos políticos do presidente João Goulart¹⁰ e uma mensagem sua escrita em março de 1964, direcionada aos membros do Congresso Nacional. Nesta mensagem, intitulada "Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro", Jango assinala as medidas políticas reformistas adotadas desde o início do seu governo e propõe a consecução de *reformas de base* no país, com o intuito de sanar os problemas e garantir o progresso.

A partir do cruzamento das fontes, pretendemos refletir sobre a seguinte questão: até que ponto a ênfase dispensada por Leuenroth na revisão e publicação dos seus escritos inéditos no jornal *O Libertário* não implicava num (re)pensar da política governamental de "Jango", num momento que precedeu a Ditadura

Militar Brasileira, instalada em 31 de março de 1964 no país? Em outras palavras, a intenção deste texto é verificar a (im)provável interlocução entre o discurso apropriado pela política Goulart e o discurso anarquista que vingou sob a pena de Edgard Leuenroth, a fim de compreender melhor o projeto reformista deste militante. Desse modo, faz-se necessário retomar questões referentes aos primeiros anos da década de 1960 no Brasil, na tentativa de compreender melhor certas ações políticas e sociais ocorridas neste período, no qual o tema das *reformas de base* ganhou destaque em meio aos debates políticos. Mas, afinal, quais eram as políticas reformistas propostas por João Goulart e Edgard Leuenroth?

A presidência de João Goulart

Falando-se em termos políticos, esse apresenta-se como um enigma, não se sabendo realmente o que pensa nem o que pretende. (...) Há entre os políticos muitos que se proclamam pacifistas, mas o são apenas em palavras.¹¹

De acordo com Ângela de Castro Gomes, desde o início da sua carreira política, João Goulart, forte aliado de Getúlio Vargas, revelou habilidade de negociador entre políticos e sindicalistas, e se mostrou capaz de penetrar nos meandros da classe trabalhadora. Escolhido por Vargas como *seu maior e melhor herdeiro*

⁹ O sapateiro e militante Pedro Catalo é reconhecido por sua luta antifascista. Autor de diversos hinos, poesias, músicas e peças teatrais, Catalo fundou o Grupo Teatral da União dos Artífices em Calçados, e o jornal *Dealbar* em 1965 - continuação do periódico *O Libertário*.

¹⁰ Segue as referências: GOULART, J. Discurso de João Goulart no encerramento da Convenção Nacional do PTB em outubro de 1957. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 75; GOULART, J. Discurso de posse de João Goulart na presidência da República no regime parlamentarista em 7 de setembro de 1961. In: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; GOULART, J. Discurso no Comício de 13 de março de 1964, Central do Brasil, Rio de Janeiro. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 203.

¹¹ Acepção do militante anarquista Rodolfo Coelho Cavalcanti sobre o presidente João Goulart. Ver: *O Libertário*. Conversando com os leitores – Nota da redação. Ano III, n° 27-28, p.04, 1964.

*político*¹², Jango, durante a sua trajetória política, afirmou sua lealdade a Vargas e ao trabalhismo, defendendo a necessidade de um capitalismo mais humano, amigo do progresso e de viés nacional-reformista. Segundo as reflexões de Gomes, a junção entre o ideário nacional-reformista e a lealdade a Vargas, considerado um ditador em potencial, culminou na construção de uma figura política ambígua de João Goulart. Rodrigo Motta, por sua vez, afirma que os jornais mais expressivos da década de 1960, no eixo Rio - São Paulo – como *O Estado de S. Paulo* e a *Tribuna da Imprensa* (jornais afinados ao ideário liberal); o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* (jornais mais moderados); e *Novos Rumos* (jornal comunista) – retratam, através das caricaturas, sentimentos e posicionamentos de setores que deram tom à campanha contra Goulart, contribuindo, deste modo, para o golpe militar de 1964. De forma geral, Jango é retratado nas caricaturas com os olhos fechados ou voltados para o chão, e com o rosto sorridente, o que caracteriza ora um político tímido, amável e trapalhão, ora um político modesto e malicioso, com um talento nato para negociações. Motta enfatiza:

(...) na ótica conservadora Goulart era um demagogo, autoritário e protetor dos comunistas. Temia-se que seu governo abrisse as portas para o fortalecimen-

to de projetos reformistas e, no limite, revolucionários. Especulava-se sobre a possibilidade de seus interesses e alianças o levassem a instaurar uma ditadura com perfil esquerdista, uma espécie de Estado Novo, com roupagens populares, ou, em outra hipótese aventada com muita frequência por seus detratores, que ele se tornasse um Perón brasileiro. Para a esquerda ao contrário, a imagem de Goulart era positiva. Ele era considerado um político sensível aos anseios populares e preocupado com a gravidade dos problemas sociais que dilaceravam o país (...). Ele era atacado também, só que com argumentos diferentes dos utilizados pelos conservadores: reclamava-se de sua indecisão em engajar-se com toda a força no projeto reformista; com frequência, criticavam-no por adotar posições ambíguas, inspiradas numa estratégia de agradar aos dois lados (ou blocos) em conflito.¹³

Estas imagens ambíguas nos levam a entender o fato de grande parte da historiografia caracterizar o governo Jango como um “autentico governo de trapézio”¹⁴. Para compreendermos melhor a suposta “ambiguidade” do governo João Goulart faz-se necessário retomar algumas ações políticas do seu governo. Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, um veto militar respaldado pela União Democrática Nacional (UDN) e setores conservadores tentou impedir a posse de Jango. De acordo com Delgado:

¹² GOMES, Ângela de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

¹³ MOTTA, R. P. S. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 45-46.

¹⁴ Ver: TOLEDO, C. N.. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

No contexto da renúncia de Jânio Quadros, os opositores de Goulart, além de sua aversão histórica ao trabalhismo getulista, respaldaram-se em um forte argumento de ocasião, pois o vice-presidente encontrava-se em viagem oficial à República Popular da China, fato que confirmava suas suspeitas de que Jango não se furtava a dialogar com os comunistas. No cenário da guerra fria, tal viagem foi vista pelos que a ele se opunham como um sinal inequívoco de que, sob sua direção, o Brasil poderia se tornar um parceiro dos países socialistas, ou então reforçar o movimento dos países não alinhados. Ambas as projeções o desviariam de uma aliança mais sólida com os países capitalistas e, em especial, com os Estados Unidos. Evitar sua posse era entendido, portanto, como tarefa necessária e inadiável.¹⁵

Entretanto, manifestações populares de políticos democráticos e de militares nacionalistas garantiram a posse de Jango através de uma campanha pela legalidade, que exigia o respeito à Constituição Brasileira. No dia sete de setembro de 1961, João Goulart assumiu o governo brasileiro, sob um regime parlamentarista votado pelo Congresso Nacional, em virtude das dissidentes posições no país quanto à sua posse. O parlamentarismo foi mantido até janeiro de 1963. Neste período, o governo passou por três Conselhos de Ministros¹⁶, além

de enfrentar uma forte crise econômico-financeira¹⁷. Dentre as medidas que se destacam no governo de Jango durante o período parlamentarista, situam-se o cancelamento de todas as autorizações feitas ao truste norte americano *Hanna Corporation* (companhia de mineração que explorava jazidas em Minas Gerais), o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS valendo-se da “política externa independente” projetada por Jânio Quadros, e a desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional no Rio Grande do Sul, subsidiária da *International Telephone and Telegraph* (ITT). Tais medidas visavam a expansão dos mercados e do comércio exterior e o controle das remessas de lucros¹⁸. No

entre os seus membros quanto aos programas e prioridades do governo. Ver: TOLEDO. C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁷ Desde o governo de Juscelino Kubistchek o Brasil sofria um progressivo endividamento externo devido à política desenvolvimentista pautada em empréstimos a curto prazo e atrasos comerciais sem cobertura cambial. Com o aumento da população urbana de 75% entre os anos de 1952 a 1961 houve, conseqüentemente, uma expansão na demanda de alimentos que não foi acompanhada por um crescimento da produção agrícola para o mercado interno, o que levou a crises de abastecimento de produtos primários, gerando inquietações sociais e movimentos reivindicatórios no campo e na cidade. Além destes problemas, o governo Jango enfrentou as conseqüências da reforma cambial realizada por Jânio Quadros que instituiu, através da Instrução 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), um regime de liberdade cambial. Com esta reforma, as importações passavam a ser realizadas a taxas de mercado livre suprimindo os subsídios governamentais nas compras de petróleo, trigo e papel e levou a uma alta no custo de vida, principalmente no custo de produtos essenciais para a subsistência da população. Ver: TOLEDO. C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁸ Maria Helena Paes salienta que com o advento

¹⁵ DELGADO. L. A. N. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol.21, nº34, 2005, p.10.

¹⁶ Gabinete Parlamentar – responsável pela direção da política do governo e pela administração federal. Cabe ressaltar que estes Conselhos possuíram um caráter híbrido e dualista dada às divergências

entanto, elas contrariavam interesses estrangeiros, sobretudo dos EUA, principal concesso de ajuda financeira ao Brasil. Embora o governo Kennedy não se opusesse às propostas reformistas de Jango, ele defendia a permanência dos investimentos norte-americanos no Brasil, opondo-se, deste modo, às medidas nacionalistas que levariam à encampação das grandes companhias estrangeiras, sobretudo as de comunicação e energia. Em resposta às medidas do governo brasileiro, os norte-americanos votaram na emenda *Hinckenlooper* que determinava a suspensão de ajuda a países que desapropriassem bens americanos sem indenização. Goulart procurou reatar seus laços com o governo americano através de negociações com empresas de serviços públicos de propriedade estrangeira e realizou uma viagem a Washington, na qual declarou ser a favor da democracia¹⁹

da Guerra fria entre os EUA e a URSS, a Revolução Cubana e a consequente expulsão de Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos) consagraram-se na área política capitalista “a chamada ‘política de interdependência ou de defesa integrada do continente’ abandonando-se, portanto, os princípios de não-intervenção, de autodeterminação e de soberania das nações. Tal política contemplava o combate ao comunismo e a defesa da penetração das multinacionais nos países da América Latina, assim como a legitimação de ações em defesa do seu cumprimento, caso houvessem resistências. Ao mesmo tempo, emergiu em alguns países, como no Brasil uma luta antiimperialista que taxava o subdesenvolvimento como o resultado de ações e explorações de nações desenvolvidas sobre as nações periféricas e defendia um desenvolvimento capitalista autônomo e nacionalista através do controle do capital estrangeiro. Ver: PAES, M. H. *A década de 1960 – Rebelião, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 2004.

¹⁹ No contexto da Guerra Fria, o governo americano não via com bons olhos os vínculos políticos que Goulart mantinha com setores da esquerda,

e da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento brasileiro. Com este ato, a direita mais conservadora prestou homenagens ao presidente saudando sua performance nos EUA como um “verdadeiro estadista”, enquanto setores da esquerda se mostraram insatisfeitos com a situação²⁰.

No dia primeiro de maio de 1962, Goulart proferiu um discurso em Volta Redonda, no qual defendia a necessidade de reformas de base, especificamente de uma reforma na Carta 1946 para alterar o § 16 do artigo 141, que condicionava a desapropriação de terras a previa e a justa indenização em dinheiro²¹. Este discurso

sobretudo comunistas. A defesa à democracia no discurso de Goulart demonstra a preocupação do presidente em mostrar que mesmo mantendo laços com comunistas - estratégia política para facilitar possíveis negociações - ele não possuía intenções de transformar o Brasil em um Estado comunista. Ver: BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

²⁰ Ver: TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²¹ Em resposta à efervescência causada pelo discurso de Goulart, Edgard Leuenroth publicou em *O Libertário* três artigos que constavam no seu projeto de livro. Nos dois primeiros, defende a necessidade de uma reforma nas bases estruturais do sistema capitalista e no terceiro artigo discute a questão da reforma agrária no país. Segundo Leuenroth, a reforma agrária proposta por Goulart seria um “simples paliativo”, um elemento de propaganda dos demagogos da politicagem que pregariam a distribuição de terras a camponeses conjuntamente a “certas concessões paternalistas do Estado”, que na realidade acarretaria na transferência de terras de uns para outros. A reforma agrária aclamada pelo governo não alcançaria, segundo Leuenroth, o cerne do problema que estaria nas bases econômicas e sociais do regime vigente. Para Leuenroth, apenas uma transformação radical na organização dos fundamentos da sociedade permitiria a socialização das terras para serem exploradas em benefício dos interesses coletivos.

significou, para Toledo, o primeiro esforço do governo Jango em direção às reformas de base. As consequências foram drásticas, levando à união de setores conservadores, de componentes da Igreja, de congressistas liberais, da imprensa dominante contra Goulart, de diferentes setores da esquerda e de congressistas reformistas, sindicalistas e trabalhadores em defesa da antecipação do plebiscito para a efetivação do presidencialismo no país.

De acordo com Ferreira, desde o início do seu governo Goulart encontrou dificuldades para concretizar seus projetos reformistas. O próprio sistema parlamentarista tendia a impedir que Goulart exercesse seus poderes. Por esta razão, Jango buscou desarmar seus opositores direitistas e conservadores ao ampliar sua base política com o apoio do centro, especialmente do Partido Social Democrático (PSD), ainda que mantivesse relações com as esquerdas. Assim, ele conseguiu antecipar o início do sistema presidencialista para janeiro de 1963. Goulart buscou, então, unir o centro e a esquerda, reforçando a aliança entre o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para executar reformas negociadas entre ambos e pactuadas no Congresso Nacional. Porém, esta política conciliatória não obteve sucesso, pois centro e esquerda divergiam acerca das formas de efetivação das reformas de

base. No início do ano de 1964, as esquerdas cobraram de Jango seu afastamento do PSD e dos setores mais conservadores do PTB. Acordos e compromissos com grupos de centro eram rejeitados pelas esquerdas em um processo crescente de radicalização.

A “política da tolerância” de Goulart passava a ser repudiada por todos os setores, sobretudo pelas esquerdas. Não era mais possível conciliar o inconciliável. Com a intensa pressão exercida sobre Jango, no comício ocorrido na Central do Brasil em 13 de março de 1964, o presidente acabou abandonando sua política conciliatória e se posicionando ao lado das aspirações sociais de setores da esquerda ao se comprometer com o programa de reformas da Frente de Mobilização Popular (FMP)²². Neste evento, parcela da esquerda pedia o fechamento do Congresso Nacional e a revisão da Constituição, questionando os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946. A ambiguidade

²² Esta organização foi formada em 1963 sob a liderança do petebista Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul no início da década de 1960. Estavam agregados à FMP estudantes da UNE, operários urbanos do Comando Geral dos Trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, subalternos das Forças Armadas; facões das Ligas Camponesas, grupos de esquerda revolucionários como a Ação Popular, a POLOP, o Partido Operário Revolucionário Trotskista, e segmentos de extrema-esquerda do PCB, além de políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista. Ver: FERREIRA, J. *A estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular*. In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, vol.24, n° 047, 2004, p.189.

Leuenroth oferecia uma proposta libertária para resolver os problemas enfrentados e discutidos no país. Ver: LEUENROTH, E. *Reforma agrária: Será um simples paliativo*. In: *O Libertário*. São Paulo. Ano I, n° 07, p. 02.

de Jango – consequência da sua política conciliatória – tornava insustentável a confiança por parte dos diferentes setores que o presidente buscava conciliar para a efetivação dos seus projetos políticos. Isto provocou o acirramento das pressões exercidas sobre ele ao final do seu governo por grupos envolvidos no jogo político.

É interessante associar a ambiguidade das ações políticas de Jango ao que Bourdieu nomeia *jogo duplo*, concepção segundo a qual o bom político deve conhecer as diferentes ações e pressões em concorrência no interior do campo político e se posicionar do lado que lhe convém. Nas palavras do autor:

O político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição atuais e, sobretudo, potenciais (...) este sentido prático das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite escolher as tomadas de posição convenientes e convencionadas e evitar as tomadas de posição comprometedoras que fariam com que se encontrassem com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos. Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido do inglês *responsible*, quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos a desempenhar com

constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço de jogo.²³

A falta de adesão a este jogo político resulta na desconfiança por parte dos diversos setores da sociedade e, conseqüentemente, na exclusão do *conluio originário* ao qual se refere Bourdieu. Jango se posicionava ora ao lado dos setores da esquerda, ora ao lado dos setores do centro e dos conservadores. O jogo duplo que realizava acabou atribuindo ao seu governo um caráter de imprevisibilidade. Direita e esquerda ora admiravam as ações de Jango, ora as repudiavam. Através da análise de uma caricatura publicada no *Jornal do Brasil*, em junho de 1963, Motta nos adverte sobre a ambiguidade política de Goulart. Nesta caricatura, Jango equilibra-se em uma corda bamba, hesitando em dar um passo em falso, pois aparenta não saber se deve realmente prosseguir na travessia. Abaixo da corda bamba, encontravam-se foices comunistas e espadas das Forças Armadas, mostrando os riscos de uma queda na arte do equilíbrio político de Goulart. Para Motta, os argumentos sobre a ambiguidade política do presidente nesta e em outras caricaturas afinam-se a duas explicações possíveis:

Primeiro, a de que o presidente manifestava posições político-ideológicas pouco claras por realmente não ter opiniões formadas; ou seja, ele não apenas parecia ambíguo, mas efetivamente o era.

²³ BOURDIEU. P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p.162.

Segundo esse ponto de vista, Jango não tinha convicções firmes, apenas o desejo do poder, e por isso deixava-se navegar ao sabor das pressões dos diferentes grupos políticos. Na outra vertente, a indefinição de Goulart seria resultado de cálculo político, uma estratégia para tirar o máximo proveito das situações ao adotar discursos convenientes a cada momento, contentando os diferentes tipos de interlocutores. Evitar a manifestação de posições políticas claras poderia ser uma estratégia para agradar a todos ao mesmo tempo, uma tentativa de desmobilizar a oposição ao governo.²⁴

Apesar de nas caricaturas a imagem de Jango se mostrar ambígua, não podemos, através delas, definir as verdadeiras intenções do presidente ao realizar o que Bourdieu denomina jogo duplo. As caricaturas revelam versões representativas da imagem de Jango a partir das suas ações enquanto político: *corrupto, demagogo, autoritário, comunista, indeciso, malicioso e ingênuo*. As representações caricaturescas nos auxiliam a compreender as polêmicas em torno da figura de João Goulart, pois ajudaram a construir a imagem pública do presidente a partir da forma como as pessoas o viram na época. Entretanto, para indivíduos mais próximos de Jango, as características a ele atribuídas são contrárias, pois o retratam como sendo um político paternal e amável que buscou, por diferentes caminhos, alcançar melhorias para a população e colocar em prática suas propostas reformis-

tas através da negociação com os setores da oposição, o que explicaria sua suposta “ambiguidade”²⁵. No discurso de sua posse Jango já havia demarcado sua escolha pela política conciliatória:

Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos.²⁶

Afinal, a figura de Jango parece, de fato, ambígua, ou o que ele faz é negociar conforme as circunstâncias a que se submeteu? O jogo duplo do presidente pressupõe posições político-ideológicas pouco claras ou um preciso cálculo político? Ao que parece, de acordo com a bibliografia consultada, João Goulart colocava-se em situação delicada, justamente por tentar unir setores supostamente antagônicos, de forma que as circunstâncias exigiam ora um posicionamento, ora outro. Apesar de Jango, em seus discursos, se posicionar ao lado dos interesses dos trabalhadores, a política conciliatória que praticava exigia,

²⁴ MOTTA, R. P. S. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.74.

²⁵ Wilson Fadul, ministro da Saúde no governo João Goulart (1963/64) em uma entrevista concedida a Jorge Ferreira em 2002 enfatiza que Jango era um político conciliador que buscava dialogar com a esquerda e com a direita para conseguir implementar seu programa reformista. Jango, a seu ver, era contrário ao confronto direto com a oposição, daí sua escolha para a realização de reformas negociadas durante boa parte do seu governo. Está política conciliatória levou a construção de uma imagem ambígua do presidente e às diversas pressões exercidas sobre ele tanto pela direita, quanto pela esquerda. Ver: GOMES, A. C.; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, pp. 42-43.

²⁶

em determinadas circunstâncias, que ele atendesse interesses de outros grupos inseridos no jogo político. Cabe lembrar que o governo de Goulart foi marcado por uma relativa liberdade de expressão. Diferentes setores políticos ofereciam propostas variadas para resolver os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo país. Segundo Toledo,

os tempos de Goulart constituíram-se em anos extremamente férteis na medida em que neles se processaram intensos debates sobre os rumos e direções que deveriam ser trilhados pela economia e sociedade brasileiras. Como observou um economista: “Ao contrário dos anos anteriores, em que reduzidas minorias controlavam a formulação política, nestes anos novos agrupamentos passaram a fazer ouvir sua voz no processo de decisão social (...) [Carlos Lessa, 15 anos de Política Econômica]”.²⁷

Contudo, a política conciliatória realizada por Jango não conseguia agradar grupos diversos e, por vezes, com interesses antagônicos. Setores esquerdistas, por exemplo, durante todo o governo de Jango, exerceram pressões significativas para a execução das *reformas de base*. A FMP se esforçava para que João Goulart cumprisse o seu programa de reformas mesmo sob uma política de confronto contra a direita e conservadores. Leuenroth e seus companheiros de militância anarquista, por sua vez, através do jornal *O*

Libertário, acreditavam que as reformas deveriam ser realizadas nos alicerces da sociedade brasileira. Eles entendiam as propostas reformistas de Jango como parte de uma política demagógica que não resolveria os problemas do país. Aproveitavam, contudo, da efervescência da época para sinalizar, em seus artigos, a necessidade de se realizar uma verdadeira reforma nas bases estruturais do Brasil, insuflando os seus leitores a lutarem por ela.

O ímpeto reformista: entre a legalidade e a ilegalidade

No discurso de posse na presidência da República, João Goulart afirmou um dos principais preceitos que regeu o seu governo: a legalidade.

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada. Considero-me guardião dessa unidade nacional e a mim cabe o dever de defendê-la, no patriótico objetivo de defendê-la para a realização dos altos e gloriosos destinos da Pátria Brasileira. Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios, a solução de seus problemas, com a mesma

²⁷ TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.42.

dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a Lei, a Ordem e a Democracia.²⁸

Segundo Paulo Bonavides, a legalidade nos sistemas políticos exprime a observância às leis, ou seja, da autoridade em afinidade estrita às regras jurídicas vigentes. Na citação acima, referente ao seu discurso de posse, Goulart se colocou como o guardião da legalidade democrática, defendida pelo povo brasileiro no momento em que forças conservadoras tentavam impedir sua posse sob a alegação de sua proximidade com os comunistas²⁹. Grato ao movimento popular que apoiou sua posse na presidência, Jango assumiu o compromisso de não desiludir o povo brasileiro e de agir sob os auspícios da legalidade, com o intuito de solucionar os problemas enfrentados pela população. Jango demarca o seu posicionamento em conformidade com o direito estabelecido, ao mesmo tempo em que afirma sua luta contra os males que afligiam a população. Neste sentido, as reformas são, para Jango, as medidas mais oportunas para a concretização das suas perspectivas políticas. De acordo com Bonavides, a reforma é

um conceito jurídico, constitucional, que emprega todos os mecanismos legais possíveis, para lograr, através do consentimento e da confiança das classes angustiadas, a chave dos problemas mais delicados, cuja solução os fanáticos da ideologia só estimam possível através do apelo à violência revolucionária. A evolução, como disse Hartmann se move pelo caminho do direito e a revolução pelo caminho da força ou, nessas lindes apertadas, a revolução, segundo ele, 'é simplesmente o prosseguimento da evolução por outros meios'. Esses meios redundam de modo inevitável num desenlace imprevisível e na queda das instituições, aquilo que o reformismo prudente intenta prevenir.³⁰

Jango ancora seus discursos sobre este viés reformista descrito por Bonavides. Ele pretendia sanar os problemas da população sem transpor os limites da legalidade, objetivando construir um capitalismo "mais humano". Em suas palavras, *não é mais possível progredir sem reformar*³¹. Calcado nesta idéia, em março de 1964 Jango redigiu uma mensagem ao Congresso Nacional na qual prestava contas do seu governo e propunha a consecução *pacífica e democrática* das reformas de base. Segundo Goulart, as reformas eram necessárias para a instauração de uma *convivência democrática plena e efetiva* e para a erradicação dos

²⁸ GOULART, J. Discurso de posse de João Goulart na presidência da República no regime parlamentarista em 7 de setembro de 1961. In: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

²⁹ Cabe lembrar que quando Jânio Quadros renunciou ao poder, Goulart estava em viagem à China comunista a fim de restabelecer os negócios econômicos com a URSS.

³⁰ BONAVIDES, P. *Ciência Política*. 10º ed. revista e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, p.419.

³¹ Discurso de João Goulart no Comício de 13 de março de 1964, Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p.203.

obstáculos institucionais e estruturais que impediam a aceleração e a consolidação do progresso da nação. Logo na abertura da mensagem, Jango enfatiza:

a nossa atual estrutura econômica e política reduz, quando não anula, a eficácia das providências, pois o anacronismo dos padrões que a sustentam e a constelação de poderes em que ela se apóia, perpetuam as crises e agravam os problemas, eliminando as possibilidades de sua solução.³²

Sendo assim, Jango propõe a adoção de uma reforma constitucional que permitiria o desenvolvimento de uma nova estrutura econômica calcada no combate à desigualdade social e na garantia de uma democratização efetiva da sociedade. As reformas propostas pelo presidente neste documento eram: reforma agrária, urbana, universitária e político-eleitoral³³. Ao final da mensa-

gem Goulart postula o seguinte:

É, pois, com o mais alto apreço que me dirijo ao Congresso Nacional e fim de pedir-lhe o exame desapaixonado das diretrizes aqui formuladas para as modificações do texto constitucional, visando à *consecução pacífica e democrática* das Reformas de Base. Estou certo de que os nobres Parlamentares do Brasil, deste ano de 1964, guardam fidelidade às honrosas tradições dos nossos antepassados, que em conjunturas semelhantes da vida nacional, como a Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e, a Promulgação da Legislação Trabalhista, tiveram sabedoria e a grandeza de renovar instituições básicas da Nação, que se haviam tornado obsoletas, assim salvaguardando o desenvolvimento pacífico do povo brasileiro. O desafio histórico repetese outra vez. Agora, nossa geração é que está convocada para cumprir a alta missão de ampliar as estruturas sócio-econômicas e renovar as instituições jurídicas, a fim de preservar a paz da família brasileira e abrir à Nação novas perspectivas de progresso e de integração de milhões de patrícios nossos numa vida mais compatível com a dignidade humana.³⁴

Apesar de Jango sinalizar, através deste documento, para uma execução pacífica e democrática das reformas de base com o aval do Congresso Nacional,

ma universitária aboliria a vitaliciedade das cátedras e propunha a regulamentação do magistério e o estabelecimento de processos de seleção de docentes e do sistema departamental pelas próprias Universidades. A última proposta reformista de Jango na mensagem enviada ao Congresso Nacional refere-se à aprovação de um plebiscito que permitiria o voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos, para apurar a vontade nacional a respeito das reformas de base.

³⁴ Idem, p. 59-60.

³² GOULART, J. *Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro*. Introdução à mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa de 1964. Brasília, 1964, p. 60. Disponível em: http://www.institutojoaogoulart.org.br/upload/jango_livro_1964.pdf. Acesso em abril de 2010.

³³ Em linhas gerais, a reforma agrária sugeria a desapropriação de terras improdutivas mediante uma indenização de 50% da média dos valores de base para lançamento do imposto territorial nos últimos cinco anos. Tornava obrigatória em todas as propriedades agrícolas ou pastoris a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno de acordo com normas fixadas pelo Poder Executivo, além de propor a reforma dos artigos 141 e 147 da Constituição Federal, acerca da distribuição da propriedade segundo critérios estabelecidos pela lei. A reforma política, por sua vez, concederia direito de voto aos analfabetos e aos militares, como os praças e sargentos. Tornaria legal a eleição de candidatos elegíveis ou que alcançaram votações expressivas, e ainda suprimiria o princípio da indelegabilidade dos poderes, a partir da revogação do § 2º do art. 36 da Constituição Federal. A refor-

suas propostas eram contrárias aos interesses dos setores direitistas e conservadores. Após o Comício na Central do Brasil, estes grupos já haviam organizado campanhas contra Goulart e contra o perigo comunista. Em 19 de março, na cidade de São Paulo, a manifestação chamada “Marcha da família com Deus” levou milhares de pessoas às ruas em defesa da “tradição democrática” e em ataque à quebra da legalidade democrática, ao comunismo e à “tirania” do governo de Goulart. As propostas reformistas de Jango não chegariam a ser implantadas.

Para Goulart, naquele momento, a Constituição não deveria servir para resguardar as instituições do presente, tornando-se, deste modo, intocável. Ao contrário, ela deveria progredir de acordo com as necessidades da sociedade. Para tanto, ele retoma modificações institucionais realizadas na história como a abolição da escravatura no Brasil e a proclamação da República, e busca justificar suas propostas reformistas enquanto medidas necessárias para o progresso da nação.

É interessante notar que, assim como Jango, também Leuenroth, para justificar suas propostas reformistas, retoma conquistas históricas, tais como o movimento de independência e a conquista da alforria dos escravos:

Que fazer para enfrentar esta situação? Manter-se o povo indiferente à sua sorte, deixando-se definhar lentamente sem um gesto de hombridade, sem uma demonstração afirmativa de seus direitos? Não é possível! Isso seria negar as tradições do povo brasileiro que, não obstante os efei-

tos atrofiadores da obra danosa da politicagem, dos preconceitos, das superstições e credices alimentadas por quem tem interesse em dominá-lo, e, apesar de toda a obra embrutecedora a que estado submetido, tem dado sobejas provas de seu idealismo, desde as lutas pela independência, pela abolição da escravatura, para a implantação da República, e, depois, sob este regime, para repelir os atentados contra as liberdades públicas e os direitos individuais e coletivos.³⁵

Para Leuenroth, os períodos de despertar do povo brasileiro³⁶ propiciaram importantes conquistas históricas que consagraram o seu “pendor libertário”, aivado durante a década de 1960, período de grande agitação política no Brasil. Sendo a luta pela liberdade uma *tradição* brasileira, Leuenroth acenou, através de um poema, que caberia aos militantes conscientes espalhar pelo Brasil um “eco vibrante de suas ardentes aspirações” por uma nova sociedade, a fim de despertar “os escravos modernos” a conquistar “um novo 13 de maio”, uma “alforria final”³⁷. A “alforria final”, contudo, de-

³⁵ LEUENROTH, E. A situação no Brasil exige uma reforma estrutural – Somente com a socialização se solucionara o problema do país. In: *O Libertário*. Ano I, nº 07, p. 02, 1962.

³⁶ Kropotkin, pensador anarquista russo, mais conhecido como o “Príncipe do Anarquismo”, associou a história do pensamento humano às oscilações de um pêndulo. Segundo ele, “depois de um longo período de sono, surge um momento de despertar” Este despertar ocorre no momento em que os homens tratam de forma crítica tudo aquilo que os governantes, os homens de leis e o clero inculcaram através da educação tradicional, e se libertam dos preconceitos religiosos, políticos e sociais. Ver: KROPOTKIN, P. *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009. p. 33.

³⁷ LEUENROTH, E. Roteiro Libertário da alforria final. In: *O Libertário*. São Paulo. Ano I, nº 07, p.

veria ser conquistada fora da legalidade, através de uma “reforma revolucionária”. A reforma proposta por Leuenroth deveria ser realizada nas bases da organização político-econômico-administrativa do País, sendo, deste modo, radical e contrária às propostas reformistas de João Goulart:

Assim sendo, outra solução não se apresenta senão a do povo brasileiro decidir-se a enfrentar, de uma vez por todas, com a firmeza da consciência inabalável de seus direitos, o imperativo histórico de considerar como obsoleto o atual regime fundado no domínio do capitalismo e lançar, em sua substituição, os fundamentos da organização socialista libertária, tendo por lema a igualdade como base, a liberdade como meio e a solidariedade como fim, num ambiente de ordem fundado na harmonia que resulta da prática do método do livre acordo e da ajuda mútua.³⁸

É a partir dos princípios da liberdade, igualdade e solidariedade, que Leuenroth estrutura, em seus escritos, uma sociedade anarquista para o Brasil³⁹.

01, 1962.

³⁸ LEUENROTH, E. *Qual a solução para o problema do país?*. Manuscrito, s/d. p. 33.

³⁹ A interligação, na filosofia libertária, entre os seus três princípios básicos, liberdade, igualdade e solidariedade, pode ser entendida da seguinte forma: é a solidariedade que pressupõe o respeito e a consideração pelo outro em uma sociedade que privilegia a liberdade plena e a igualdade entre os indivíduos. Na concepção dos anarco-comunistas, todos os homens devem ser livres e devem ter os mesmos direitos, porém eles não defendem o individualismo desenfreado, próprio dos tempos modernos, e sim o coletivismo. O homem só se satisfaz a partir da realização social, de modo que a preservação e o bem estar da sociedade são fundamentais para a sua felicidade. Como ressalta Lo-

Nela, o Estado, as leis e todas as instituições burocráticas, assim como os privilégios, títulos honoríficos e hierárquicos seriam abolidos. Todos os patrimônios e riquezas sociais, terras, instrumentos de produção seriam socializados. Conforme adverte Leuenroth, *o bem estar da comunidade deve partir do bem-estar de cada um de seus membros*⁴⁰, de acordo com as suas necessidades e possibilidades. A sociedade retribuiria os esforços coletivos correspondendo às necessidades básicas de sobrevivência humana: alimentação, habitação, assistência social, instrução, lazer, etc. Esta sociedade, contudo, não poderia ser edificada sob os auspícios da legalidade. Seria necessária a construção de uma nova ordem social, calcada em novos princípios e novas prioridades. Para tanto, Leuenroth e seus pares utilizavam o jornal *O Libertário* como instrumento de crítica ao sistema vigente, de divulgação das suas propostas reformistas e de educação/conscientização dos seus leitores.

preato, numa sociedade anarquista a cooperação e a reciprocidade entre os indivíduos são fundamentais para o seu bom funcionamento, uma vez que é “pela cooperação e pelas relações recíprocas que se dá o aprimoramento do indivíduo. A reciprocidade implica no princípio de igualdade de condições, ou seja, na justiça social, tão cara ao(s) anarquismo(s). Numa sociedade de iguais, cada indivíduo, soberano de si, governa a si mesmo, o que pode ser traduzido, a nível social, pela máxima ‘não queremos ser governados... não queremos governar’. O reconhecimento do outro como seu igual está na base da moral de Kropotkin, que assegura não ser necessária a coerção numa sociedade de iguais”. Ver: LOPREATO, C. R. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, (27 e 28): 2003, p.560.

⁴⁰ Idem, p. 41.

O sindicalismo em questão e o projeto de reforma anarquista

Rodrigo Silva, em sua dissertação de mestrado intitulada “Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)”, critica a tese que considera o anarquismo uma fase embrionária do sindicalismo brasileiro. Sob a lente desta concepção, há três períodos a se destacar quando o assunto é o anarquismo no Brasil: o seu surgimento, contemporâneo à chegada dos primeiros imigrantes espanhóis e italianos, ao final do século XIX, o seu desenvolvimento, concomitante ao fortalecimento do movimento operário, e o seu declínio, que se acentua a partir da década de 1920, devido à criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴¹. Evocando trabalhos desenvolvidos nos últimos anos, como os de Raquel Azevedo⁴², Rogério Nascimento⁴³ e Carlo Romani⁴⁴, Rodrigo Silva enfatiza que não se pode resumir a atuação anarquista ao âmbito sindical, taxando o seu suposto declínio como efeito da criação do PCB, uma vez que, ainda na década de 1930 existiam outras formas de atuação do anarquismo na sociedade, como as manifestações de

cunho antifascista e anticlerical, a resistência anarquista no interior dos sindicatos durante o Estado Novo e a publicação de jornais de cunho libertário.

Para Silva, a filosofia anarquista se manifesta nos diversos aspectos da vida de seus adeptos, como na conduta moral, no trabalho, na educação e nas relações interpessoais e afetivas. O anarquismo é praticado no âmbito privado e no âmbito público, e se manifesta para além do sindicalismo, o que nos leva a cogitar a existência de uma cultura⁴⁵ anarquista:

Entre os anarquistas notamos que, para além de uma dicotomia entre política e cultura, existe o entendimento do amplo alcance de suas idéias, que tomam de assalto tanto as manifestações artísticas e literárias, quanto os debates e comícios públicos, chegando até a promover transformações no campo individual ao incentivar uma postura de igualdade entre os sexos e de não submissão das questões particulares ao aval das instituições religiosas ou civis. Tanto as

⁴¹ DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, São Paulo: Difel, 1976.

⁴² AZEVEDO, R. *A resistência anarquista: uma questão de identidade*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

⁴³ NASCIMENTO, R. H. Z. *Florentino de Carvalho: Pensamento social de um Anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

⁴⁴ ROMANI, C. M. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.

⁴⁵ Rodrigo Silva se aproxima do conceito de cultura desenvolvido por E. P. Thompson para definir a perspectiva na qual analisa a cultura anarquista. Segundo ele, Thompson através de um viés etnográfico descreve as condições de vida e os costumes dos trabalhadores, desvelando as diversas manifestações de classe, essenciais para a compreensão do *ser* operário. A cultura operária para Thompson é resultante tanto dos condicionamentos quanto da ação humana, ou seja, para ele os trabalhadores possuem uma atuação transformadora na formação da sua cultura, não estando esta, reduzida à industrialização e à relação entre os indivíduos com os modos de produção (fazendo uso de termos marxistas). Ver: SILVA, R. R. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

greves revolucionárias como as relações interpessoais eram vistas como parte da militância e da divulgação de seu ideal. Muitas vezes os anarquistas tomam a música e a literatura como instrumentos de propaganda. Para muitos deles, seus momentos de lazer e descontração deveriam caminhar associados à ação de conscientização dos trabalhadores de sua condição de explorado. A música presente em seus festivais, piqueniques e manifestações tinha esse caráter lúdico e descontraído, porém sem perder o compromisso com as idéias de liberdade e igualdade.⁴⁶

A imprensa alternativa é entendida por Silva como a expressão mais visível da cultura anarquista. Através dos jornais libertários, que possuem um cunho pedagógico e ético, os anarquistas divulgavam seus ideais, denunciavam os problemas do sistema vigente, promoviam encontros festivos e educativos, noticiavam sobre os percursos do movimento operário no Brasil e no mundo. Na década de 1930, o movimento anarquista podia ser percebido, no Brasil, através das agitações libertárias no *campo sindical*, com a (re)fundação da Federação Operária de São Paulo; no *campo cultural*, com as atividades promovidas pelo Centro de Cultura Social, a publicação de jornais, textos e livros e as palestras, conferências, espetáculos musicais e teatrais apresentados; e no *campo político*, através da luta antifascista e da resistência à ditadura varguista. Neste período,

diversos sindicatos, militantes e entidades circulavam nos mesmos meios e participavam de atividades em comum, caracterizando-se como elos de ligação entre as diversas práticas libertárias. Exemplos disso não faltam. Militantes como Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe, Hermínio Marcos, Pedro Catalo e muitos outros circulavam por diversos grupos, estavam presentes em muitas reuniões e assembleias, tinham escritos publicados em periódicos e realizavam viagens de propaganda pelo interior e por outros estados. Diversos periódicos eram impressos, em especial A Plebe, O Trabalhador e A Lanterna. Vários sindicatos de importantes categorias profissionais tinham uma nítida orientação anarquista em seus meios. Manifestações públicas, reuniões e assembleias eram constantes, contando com a presença de dezenas e, às vezes, centenas de pessoas.⁴⁷

Na década de 1960, por sua vez, constatamos que Edgard Leuenroth atuou no movimento anarquista, promovendo discussões e encontros, *fazendo* jornais, projetando e estimulando novas formas de convivência entre as pessoas e estipulando novos rumos para a sociedade brasileira. Através das notícias publicadas no jornal *O Libertário*, notamos que os militantes anarquistas promoviam vários encontros como piqueniques, festivais teatrais, fílmicos e literários, conferências, palestras e cursos de esperanto, através do Centro de Cultura Social de São Paulo e da Sociedade Naturalista Amigos de Nossa Chá-

⁴⁶ SILVA. R. R. Op. cit., p. 03.

⁴⁷ Idem, p.18.

cara. Estes dados presentes no jornal demonstram a movimentação do anarquismo na cidade de São Paulo durante a década de 1960. Do mesmo modo, a publicação de poemas, de escritos de teóricos do anarquismo como Piort Alekxievich Kropotkin (1842-1921), Michael Alexandrovich Bakunin (1814-1876), e de artigos autorais de militantes anarquistas, demonstram como Leuenroth e seus companheiros utilizavam o jornal como um veículo informativo que anunciava o ideal libertário, ao mesmo tempo em que denunciava e contestava as ações políticas da época, pensando e propondo alternativas de transformação.

Em alguns artigos publicados por Leuenroth no jornal *O Libertário*⁴⁸, ele realizou um balanço das principais atividades do movimento sindical nos anos iniciais da década de 1960. É importante ressaltar que neste período o movimento sindical passou por um crescimento notável com a intensificação da ocorrência de greves e o surgimento de organizações sindicais de tipo horizontal como o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), formadas por líderes sindicais esquerdistas que buscavam fugir à estrutura sindical corporativa⁴⁹. Na concepção de Leuen-

roth, no entanto, tais organizações não possuíam um caráter livre, uma vez que mantinham ligações com partidos e líderes políticos. Defensor da organização sindical de ação direta – organização baseada no federalismo libertário, que se articula de baixo para cima, do simples para o composto, do indivíduo para a coletividade, não-corporativa, e não-burocrática – Leuenroth acreditava que os sindicatos deveriam ter como finalidade a luta pelos interesses dos trabalhadores e pela coletividade da qual faziam parte.

A organização proletária de ação direta não admite o predomínio, interferência ou a influência da política partidária ou de seitas religiosas nos sindicatos, do mesmo modo que não reconhece qualquer mandato dirigente em seu meio⁵⁰. Segundo Leuenroth, as greves, manifestações operárias e agitações patrocinadas pela esquerda comunista e por líderes sindicais, em comunhão com o governo de João Goulart, serviam apenas como instrumento da politicagem em campanhas de eleições ministeriais, inclusive na campanha em favor da antecipação do plebiscito que es-

⁴⁸ No jornal *O Libertário*, Edgard Leuenroth era o principal responsável pela publicação de artigos sobre o movimento operário. Os artigos desta temática que serão tratados neste tópico não fazem parte do livro “Qual a solução do problema do país?”, porém eles são cruciais para se compreender a forma como o militante entendia as ações políticas do governo João Goulart.

⁴⁹ Motta enfatizou a diferença entre a estrutura sindical tradicional – na qual eram pautadas as organizações sindicais horizontais como a PUA e

o CGT – e a estrutura sindical corporativa criada durante o governo Vargas. Segundo ele, a estrutura sindical corporativa “previa a existência de órgãos verticais como federações, de âmbito regional, e confederações, de âmbito nacional. Nesse formato tradicional, concebido para evitar a politização das questões trabalhistas e para restringir as reivindicações dos trabalhadores ao plano exclusivamente salarial, os sindicatos representavam apenas as respectivas categorias, e participavam de uma estrutura piramidal que culminava numa confederação nacional”. Ver: MOTTA, R. P. S. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 102.

⁵⁰ LEUENROTH, E. Organização Libertária de Ação Direta. In: *O Libertário*. Ano II, n° 10, 1962, p. 04.

colheria a permanência ou não do sistema parlamentarista no Brasil. Na concepção de Leuenroth, o governo Jango utilizava-se do movimento sindical para alcançar seus interesses políticos, sendo as greves e as inúmeras agitações ocorridas neste período estranhas aos interesses dos trabalhadores.

Em seus discursos, Jango sempre afirmou sua lealdade aos trabalhadores e à luta pela justiça social. Em outubro de 1957 na Convenção Nacional do PTB, João Goulart discorreu sobre a suposta ligação do partido com o peleguismo:

Não somos um partido de cúpula, o que nos tornaria indiferentes às reações individuais das medidas de ordem geral. A nós o que nos preocupa, antes de tudo, é o homem, é a pessoa humana, na plena e bela expressão de sua grandeza eterna. Nossos interesses pelos problemas econômicos, por exemplo, não se reduzem à simples análise das cifras, mas antes às verdadeiras repercussões que elas possam dar ao sentido humano de cada um. (...) Nunca nos aproximamos dos trabalhadores para mercadejar votos, nunca olhamos os seus problemas sob ângulos eleitorais, senão com o sincero propósito de colaborar para as suas soluções. Outros partidos, de conteúdo diferente, poderão prescindir da colaboração e do apoio das coletividades obreiras, até por falta de legitimidade para representá-las. Já o Partido Trabalhista Brasileiro, será tanto mais forte quanto maior for a confiança nele depositada pelos homens que ajudam a construir, no anonimato da luta de todos os dias, a grandeza e o futuro do Brasil.⁵¹

⁵¹ GOULART, J. Discurso de João Goulart no en-

Jango assume uma posição tal qual a do PTB: de luta pelos interesses dos trabalhadores. Contudo, para Leuenroth, Jango e o seu partido político possuíam objetivos políticos escusos ao utilizar os trabalhadores como uma alavanca política. No artigo intitulado “A ação danosa dos líderes de fabricação em serie”, Leuenroth denunciou a ação de líderes sindicais socialistas que lutavam apenas por seus interesses pessoais e de seus pares políticos, esquecendo-se, deste modo, dos princípios socialistas. O militante endossa: “Dantes falavam em luta de classes e hoje proclamam a necessidade de colaboração com o capitalismo *progressistas*, baseado num nacionalismo *sui generis*, trazido de outras bandas”. Em seguida, Leuenroth enfatiza que os pelegos transformaram João Goulart em líder máximo e com ele lutavam contra o imperialismo americano, se esquecendo das explorações dos capitalistas brasileiros. Lutavam pelo progresso do capitalismo e não pelo progresso do Brasil. Ao final deste artigo, Leuenroth lança um alerta aos leitores, pedindo para que não aceitassem a existência de messias oniscientes, pois *cada um deve ser líder de si mesmo, deve defender diretamente os direitos de todos e de cada qual*⁵². Caberia, portanto, aos próprios trabalhadores a restauração da configuração original dos sindicatos.

cerramento da Convenção Nacional do PTB em outubro de 1957. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 75.

⁵² LEUENROTH, E. A ação danosa dos líderes de fabricação em serie. In: *O Libertário*. Ano II, nº 12, p. 04, 1962.

No jornal *O Libertário*, encontramos uma nota destinada aos trabalhadores em prol da luta por organizações sindicais livres de ação direta. Nela, os trabalhadores são convocados a contribuir para que os sindicatos profissionais se tornassem órgãos ativos de defesa dos direitos dos trabalhadores e da educação dos mesmos:

Faz de tua agremiação profissional a universidade aonde poderás aprender, estudar e debater, todos os problemas intimamente ligados à tua condição de proletário e que nunca te foram revelados pela escola oficial e muito menos pelo Estado. Exige da diretoria as assembleias gerais, conferências e aulas educativas, procura elevar-te cada vez mais moral e intelectualmente, participando ativamente de todos debates sindicais.⁵³

Para Leuenroth, os sindicatos deveriam ser organizações de luta e também de orientação dos trabalhadores. A respeito disso, ele discorre sobre a finalidade emancipadora dos sindicatos:

Alimentando os laços de solidariedade entre os trabalhadores no ambiente emancipador da atividade de sua organização de luta, fazendo com que repudiem todos os vícios, maus hábitos que os prejudicam moral e fisicamente, bem como todos os preconceitos e superstições, sustentando paralelamente uma permanente obra de educação e instrução, a organização obreira sindicalista de ação direta des-

perta-lhes o senso de responsabilidade, elevando-lhes o nível dos conhecimentos intelectuais, profissionais e sociais, de maneira a serem todos elementos valiosos no movimento pela emancipação da classe trabalhadora.⁵⁴

Na acepção de Leuenroth, os trabalhadores não precisavam de líderes, messias, nem do Estado para guiá-los no caminho de uma vida digna e justa. Primeiro, porque tais agentes apenas buscavam manter seus privilégios e conquistar melhorias privadas. Segundo, porque para os anarquistas a solução para os problemas dos trabalhadores só poderia ser alcançada por eles mesmos. Aos sindicatos, jornais, centros de cultura, etc., caberia a tarefa de denunciar os problemas do sistema vigente, lutar por melhores condições de vida e, sobretudo, lutar pela emancipação dos trabalhadores e da coletividade na qual se inseriam. Para Leuenroth

nada disso poderá realizar-se através de nenhum dos sistemas político-sociais vigentes na atualidade, mas na mudança fundamental das relações humanas, com a supressão do funesto privilégio de classes. Só em um sistema autenticamente socialista, onde a liberdade do homem e a autonomia dos grupos estejam plenamente assegurados, poderão eliminar-se os males sociais que hoje afligem a humanidade – e esse socialismo é o socialismo libertário ou anarquista.⁵⁵

⁵³ *O Libertário*. Necessidade de uma participação ativa dos trabalhadores em seus sindicatos. Ano II, nº 08, p. 04, 1962.

⁵⁴ LEUENROTH. E. A organização proletária de ação direta. In: *O Libertário*. Ano II, nº 10, 1962, p. 04.

⁵⁵ *O Libertário*. Capitalismo: nem privado, nem estatal. Ano III, nº 13-14, p.01, 1962.

Nesse sentido, a conquista de novos padrões de conduta deveria se afinar à conquista de uma nova sociedade. Para este último intento, no último número do jornal *O Libertário*, datado em março de 1964, é postulada a seguinte solução: será necessário *reformatar as bases viciosas da sociedade, para se estabelecer normas de convivência que permitam proporcionar paz, liberdade e bem-estar para todos*⁵⁶. A reforma proposta por Edgard Leuenroth não seria edificada sob os auspícios da legalidade, mas, ao contrário, ela propiciaria a formação de uma nova ordem política e social – a anarquia, uma ordem contrária à ordem capitalista-burguesa. Seria, portanto, uma reforma revolucionária e radical, uma reforma anarquista.

Apesar de não se enquadrarem nas organizações sindicalistas ligadas ao Estado e a partidos políticos, os anarquistas não deixaram de atuar no movimento operário seja através da crítica à nova configuração tomada pelos sindicatos, seja propondo o engajamento dos trabalhadores em organizações proletárias de ação direta. Através do jornal *O Libertário*, Leuenroth analisou criticamente as ações políticas do governo João Goulart, e propôs caminhos alternativos para a solução dos problemas sociais e para a transformação do Brasil em uma sociedade libertária.

⁵⁶ *O Libertário*. Conversando com os leitores – Nota da redação. Ano III, nº 27-28, p.04, 1964.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, R. *A resistência anarquista: uma questão de identidade*, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7º ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BONAVIDES, P. *Ciência política*. 10º ed. revista e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

BOURDIEUR, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

DELGADO, L. A. N. Brasil: 1954 - Pre-núncios de 1964. In: *Varia História*: Belo Horizonte, vol.21, nº34, 2005.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FERREIRA, J. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, vol.24, nº 047, 2004, pp. 181-212.

FERREIRA, M. M. (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

- FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política. 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GOMES, A. C.; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- GOULART, J. Discurso de João Goulart no encerramento da Convenção Nacional do PTB em outubro de 1957. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 75.
- GOULART, J. Discurso de posse de João Goulart na presidência da República no regime parlamentarista em 7 de setembro de 1961. In: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GOULART, J. Discurso no Comício de 13 de março de 1964, Central do Brasil, Rio de Janeiro. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 203.
- GOULART, J. *Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro*. Introdução à mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa de 1964. Brasília, 1964, p. 60. Disponível em: http://www.institutojoaogoulart.org.br/upload/jango_livro_1964.pdf. Acesso em abril de 2010.
- KHOURY, Y.M.A. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.
- KROPOTKIN, P. *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009.
- LOPREATO, C. R. O (des)encontro do Brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgar Leuenroth. In: *Verve Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC São Paulo*, n°15, 2009, pp. 202-220.
- LOPREATO, C. R. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, (27 e 28): pp. 557-572, 2003.
- LEUENROTH, E. *Qual a solução para o problema do país?*. Manuscrito, s/d.
- MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- NASCIMENTO, R. H.Z. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

- O LIBERTÁRIO*. São Paulo: Pedro Catalo, 1960 – 1964.
- ROMANI, C. M. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.
- SILVA, R. R. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930 -1945)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
- TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Submetido em 28 de fevereiro, 2011.

Aprovado em 25 de março, 2011





Resenhas

